aurum
Revista Multidisciplinar

ISSN: 3085-7783

FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO VALE DO MUCURI (MG) E A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS INICIAIS EM QUESTÃO

SOCIO-HISTORICAL FORMATION OF THE MUCURI VALLEY (MG) AND THE PROFESSION OF SOCIAL WORK: INITIAL POINTS IN QUESTION

https://doi.org/10.63330/armv1n1-009

Submetido em: 08/04/2025 e Publicado em: 10/04/2025

Jhony Oliveira Zigato
Mestre em Serviço Social pela UFJF e Doutorando em Serviço Social pela UFJF. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
E-mail: jhony.zigato@ufvjm.edu.br
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-7799-3231

RESUMO
Este artigo tem por objetivo apreender os elementos da formação sócio-histórica do Brasil com incidência das particularidades regionais do Vale do Mucuri (MG), localizado no nordeste do estado mineiro.
Sob esta realidade, coloca-se o Serviço Social como profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho no Brasil a partir dos anos 1930 e que se fará presente, a profissão, em fins dos anos 1970 e início da década de 1980. Objetiva-se, portanto, tecer um diálogo entre a formação sócio-histórica regional e o Serviço Social.

Palavras-chave: Formação sócio-histórica do Brasil; as particularidades do Vale do Mucuri (MG); Serviço Social e Assistentes Sociais no Vale do Mucuri (MG).

ABSTRACT
This article aims to understand the elements of the socio-historical formation of Brazil with an impact on the regional particularities of Vale do Mucuri (MG), located in the northeast of the state of Minas Gerais.
Under this reality, Social Service is seen as a profession registered in the socio-technical division of work in Brazil from the 1930s onwards, and the profession will be present at the end of the 1970s and beginning of the 1980s therefore, weave a dialogue between regional socio-historical formation and Social Service.

Keywords: Socio-historical formation of Brazil; the particularities of the Mucuri Valley (MG); Social Service and Social Workers in Vale Mucuri (MG).

1 INTRODUÇÃO

O artigo em questão propõe apreender elementos chave sobre a formação regional do Vale do Mucuri (MG), localizado no nordeste do Estado Mineiro. Os elementos regionais não são determinados de forma isolada, anacrônica, mas se entrelaçam com os elementos acerca da formação sócio-histórica brasileira na medida em que a região faz parte do Brasil e que irá resvalar características históricas nacionais.

O Serviço Social na região, assim como a nível nacional, se legitimará e institucionalizará a partir da demanda de mão de obra deste agente especializado. (Iamamoto e Carvalho, 2014)

Conta-se com a contribuição de assistentes sociais pioneiras no Vale do Mucuri (MG) que descreverão a sua chegada em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980 bem como com alguns depoimentos de profissionais que ingressam na região a partir das décadas de 1990/2000.

Fernandes (2020) discorre que a transição da sociedade feudal para a sociedade moderna, leia-se capitalista, provoca mudanças significativas na construção e consolidação dos Estados Nacionais (a princípio sob o domínio absolutista monárquico) e a expansão comercial, da qual as navegações ultramarinas são exemplos bem como a expansão urbana nos países europeus ocidentais a partir do século XVI.

O "descobrimento" das Américas, com ênfase na colonização brasileira, faz parte deste processo histórico que vai desenvolvendo e consolidando um modo de produção em que a generalização da produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias é fator determinante para as transformações político-culturais que se implantarão a partir das Revoluções burguesas na Europa ocidental a partir da segunda metade do século XVIII.

Prado Júnior (2012) afirma que ao deparar os colonizadores portugueses com o solo brasileiro, encontram um vasto território, de densas matas e uma população "hostil", ou seja, os povos originários indígenas de diversas etnias que sofreram ataques dos colonizadores para serem escravizados e "catequisados" pela Igreja Católica.

Não obtendo o êxito alcançado, devido ao vasto conhecimento territorial que facilitava a fuga dos indígenas e com pouca "resistência" ao trabalho forçado que acarretou em milhares de mortes, adota-se a importação de negros africanos, já escravizados por Portugal, para a colônia brasileira.

O mesmo autor sinaliza que o clima subtropical e tropical e densidade territorial dificultaram o processo colonizador na sua característica de povoamento, a produção interna, de subsistência, propiciando a exploração de recursos naturais bem como a utilização do solo com vistas a exportação de produtos primários.

A mão de obra africana escravizada será explorada em larga escala por um período de quatro séculos, apontando, de acordo com Moura (2019) as expressões da questão racial no que tange a inferiorização do

negro nas sociedades colonial, imperial, republicana pós “abolição” em suas diversas faces de discriminação e alijamento dos processos político-econômicos em que o Brasil atravessa.

O Vale do Mucuri (MG), localizado no nordeste do estado mineiro abrange elementos da formação brasileira que incidem na economia, na política e nos aspectos socioculturais, tais como a forma de exploração da terra na região pelo latifúndio, pela pecuária e a extração de pedras preciosas, utilizando as mãos de obra escrava de indígenas da região (Maxakali); negra e após a abolição, de negros “libertos” e de agregados que, segundo Atschim (2018) constituem de mestiços e imigrantes alemães empobrecidos, vindos da Europa para o Brasil.

Atschim (2018) contextualiza a segunda metade do século XIX tais acontecimentos acima apontados e soma-se as ações o ideário de “desenvolvimento” e “progresso” com a construção da estrada de ferro Bahia-Minas, lento processo urbanizador desigual, expulsando as massas para as periferias da cidade de Teófilo Otoni (MG), polo de desenvolvimento regional até a atualidade.

No Brasil, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2014) o Serviço Social se institucionaliza e legitima no quadro das grandes instituições sociais criadas e consolidadas pela era Vargas (1930-1945) bem como pelo empresariado industrial no eixo Rio-São Paulo, somando as já existentes organizações filantrópicas sob o comando da Igreja Católica, como profissão inscrita na divisão sociotécnica de trabalho e o agente social na condição de assalariamento do trabalho.

Tem por objeto de trabalho, categoria justificante a “questão social”, sendo:

> Senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (Iamamoto e Carvalho, 2014, p.84)

Desta forma o mercado de trabalho para as (os) assistentes sociais se consolida qualitativamente e quantitativamente, “alcançando seu “auge” sob o governo autocrático burguês (1964-1985) no esteio da industrialização pesada no país e um aparelho de Estado burocratizado que demandará com mais ênfase a mão de obra qualificada deste agente profissional”. (Netto, 2015)

Para Camargo (2019), o mercado de trabalho para as (os) assistentes sociais no Vale do Mucuri (MG) tem sua gênese em fins dos anos 1970 e início da década seguinte, tendo por pano de fundo a crise da autocracia burguesa, o processo renovador da profissão com ênfase a intenção de ruptura e o processo redemocratizador da sociedade brasileira.

O artigo está estruturado em dois eixos, a saber: 1) formação sócio-histórica do Vale do Mucuri (MG) em diálogo com a formação sócio-histórica do país; 2) o mercado de trabalho no Vale do Mucuri

(MG) com apontamentos iniciais. Utiliza-se das pesquisas bibliográfica, documental o recurso à entrevista que dão conteúdo ao artigo.

2 A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA NO VALE DO MUCURI(MG): A CIDADE DE TEÓFILO OTONI EM FOCO

O Vale do Mucuri é composto por 27 municípios divididos em duas microrregiões, a microrregião de Nanuque (Águas Formosas, Bertópolis, Carlos Chagas, Crisólita, Fronteira dos Vales, Machacalis, Nanuque, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés, Umburatiba) e a microrregião de Teófilo Otoni (Ataléia, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Ladainha, Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Setubinha e Teófilo Otoni).

A região, segundo dados demográficos do censo de 2022, possui área territorial de 23.514,36 km²; com uma população total de 438.257 habitantes, sendo a parte urbana de 289.144 habitantes e a parte rural de 149.113 habitantes. Esse Vale possui um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do estado de Minas Gerais. De acordo com o IBGE (2022), está entre 0,568 e 0,707; possuindo indicadores sociais econômicos, por exemplo, relacionados à renda, que caracterizam essa região como uma das mais desiguais.

Ao se considerar, na análise, os elementos históricos e seus traços constitutivos, conforme aponta Atschcim (2018), constatamos que se trata de um território que tem origem nos povos indígenas e no processo de sua dominação, a partir da sua formação no século XIX. A ocupação da região está relacionada com a exploração das riquezas locais; sua "descoberta", pelos colonizadores, foi desencadeada pela crise da mineração que se abre em Minas Gerais e impõe a necessidade da exploração de novos territórios.

O autor destaca, dentre as várias denominações na região[1], os indígenas botocudos, tendo esta nomenclatura em virtude de um adorno labial. De uso frequente entre os nativos do Mucuri, esses ornamentos variavam entre grupos e entre homens e mulheres, tendo importância como uma formalidade, um verdadeiro "traje de gala". Os botocudos e as demais denominações tinham como modos de vida em comum:

> A subsistência exclusiva da caça e coleta de raízes e frutas. Os objetos de uso eram poucos para facilitar os deslocamentos, tendo uso extremo de recursos naturais. Eram utilizadas cascas como panelas, folhas para dormir e moradias feitas em cipós e troncos de madeira. Sua organização era estruturada em pequenos grupos nômades, o que resultou na pouca sofisticação nos seus instrumentos, apesar das armas, caso do arco e flecha, serem mais elaboradas. Diversos eram os adornos corporais, como botoques, pulseiras e colares. Era comum entre cada pequeno grupo a existência de um líder, de modo geral, caçador e guerreiro entre seu povo. (ATSCHIM, 2018 p. 17)

[1] De acordo com Atschim (2018) entre as denominações, podemos arrolar: Maxakali, Pojichás, Krenak.

2. A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA NO VALE DO MUCURI(MG): A CIDADE DE TEÓFILO OTONI EM FOCO. 4
2. A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA NO VALE DO MUCURI(MG): A CIDADE DE TEÓFILO OTONI EM FOCO. 4
De acordo com Atschim (2018) entre as denominações, podemos arrolar: Maxakali, Pojichás, Krenak.

A região caracterizava-se por uma mata densa, fechada, o que era de interesse dos colonizadores portugueses e posteriormente de Dom Pedro I (1822-1831) nos primeiros anos do império, no que tange as dificuldades naturais impostas para ocupação e/ou invasão das nações europeias. Reitera-se ainda que no primeiro século de colonização (1501-1600), a região chegou a ser "explorada" pelos portugueses em virtude da proximidade geográfica com o sul da Bahia. Contudo, a colonização como defesa não avançou e por três séculos a região do Mucuri permaneceu longe de influências colonizadoras e estrangeiras, "dificultando" a rota de caminho e fuga por aqueles que de forma "indevida" tentavam entrar ou sair da área de mineração que marcou o século XVIII nas gerais.

> o Vale do Mucuri despertou desde cedo interesse dos portugueses em busca de esmeraldas. A primeira expedição partiu de Porto Seguro, em 1554, feita por F. Espinosa e o jesuíta A. Navarro. Percorreram o Mucuri e se dirigiram para o norte. A região foi visitada por portugueses outras vezes, em busca de metais preciosos ainda no século XVI. A expedição de Martim Carvalho esteve em um afluente do rio de Todos os Santos, o Córrego do Ouro, em busca de esmeraldas. Outros bandeirantes também vieram à procura de ouro e prata, caso da expedição do bandeirante Fernão Dias Paes, em 1673. Com a descoberta de ouro em Minas Gerais no século XVIII, o Vale do Mucuri esteve longe das práticas de exploração aurífera, pois o governo português queria manter as matas da região para ser um obstáculo natural das práticas do contrabando. (ATSCHIM, 2018 p. 23)

A partir da segunda metade do século XIX, com a crise da mineração já sinalizada, a economia de Minas Gerais se voltará para outras formas produtivas, o que exigirá uma ampliação do espaço para a agricultura em localidades ainda pouco exploradas pela "civilização".

> Os novos grupos que chegam às matas do Vale do Mucuri estão diretamente relacionados com a demanda produtiva do período. A reocupação do Mucuri tem estreito vínculo com variáveis ambientais, destacando-se a abundância de água, madeiras de lei e terras devolutas. Por sua vez era também do interesse do Império brasileiro a conquista do território nacional, especialmente as áreas pouco povoadas. Partilhando com os valores oitocentistas, voltados para a racionalidade, o Estado acreditava que a mata juntamente com seus insetos e animais, impediam a saga civilizadora. (ATSCHIM, 2018, p. 25)

Destaca-se que o Império Brasileiro investirá na contratação de um grupo de engenheiros franceses coordenado por Pierre Renault para a exploração das matas do rio Mucuri e do rio de Todos os Santos, com o objetivo de estabelecer uma colônia de degredados o que estimularia o povoamento, oferecendo maior segurança contra os ataques indígenas.

Segundo Prado Júnior (2012), os degredados se constituíam de homens e mulheres "livres", tipificados como vadios, ladrões, preguiçosos e baderneiros advindos de Portugal, fugindo da pobreza ou de algum delito cometido ou de mestiços nascidos no Brasil, sem nenhuma importância econômica-social. Este aspecto tem ligação no que Atschim (2018) denomina na região de agrego[2], os agregados, os homens

[2] Atschim (2018) afirma que o agrego, os agregados eram constituídos de mestiços e negros em sua maioria e alguns poucos indígenas "domesticados". Em troca de abrigo e alimentação, serviam aos "Senhores do Mucuri" em suas vastas terras nas atividades agrícolas e pecuarista

e mulheres empobrecidos que viviam de favores em relações clientelistas nos grandes territórios agrícolas e de pecuária no Mucuri.

As pesquisas do engenheiro Renault na região do Mucuri constataram, de acordo com Atschim (2018), que os rios citados eram navegáveis que tal prática poderia fomentar um grande empreendimento na região, levando progresso, civilidade, "cultura", modernidade.

Nessa dinâmica vai se constituindo o processo migratório para o Vale do Mucuri, incentivado pela produção agrícola e pela constituição da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, em 1847. Essa Companhia tinha por finalidade estabelecer os elementos centrais e necessários à ocupação na região, sob iniciativa do político e fundador da cidade de Teófilo Otoni, Teófilo Benedito Ottoni.

> É a própria Companhia, no ímpeto do desenvolvimento regional, que introduz o trabalho escravo na lavoura agrícola que se expande como outra fonte de geração de riqueza, atraindo diferentes colonizadores. Por isso, é importante considerar a presença de diferentes sujeitos na constituição do território local, bem como a sua influência atualmente. Destaca que a região do Mucuri foi ocupada não apenas por imigrantes europeus, mas também por colonos oriundos do Vale do Jequitinhonha e do norte do estado, além da aludida presença da mão de obra escravizada. Aos poucos as mudanças serão realizadas e a reorganização do Mucuri é efetivamente "marcada pela extrema heterogeneidade [...] Quando, em um galpão, estavam juntos europeus, chineses, índios e africanos" (ATSCHIM, 2018, p. 35).

Para o autor, é possível considerar que a população do Vale do Mucuri até os anos 1960 fosse predominantemente rural, considerando os indígenas e seus descendentes que permaneceram no trabalho agrícola até esse período, conservando, senão integralmente sua cultura original, boa parte do seu modo de viver que restou de antes do processo colonizador do século XIX. Sendo relativamente recente a presença desses grupos no meio urbano, a cultura dos indígenas ainda está impregnada no cotidiano da região (ATSCHIM, 2018, p. 39-40).

Nesse caso, o autor se refere às raízes locais, que tecem a história regional marcada pela população indígena e negra, forjada pela violência e pela dominação, cujo registro é o predomínio do latifúndio, do trabalho escravo e da opressão. Sobre esse traço que marca a formação da região, constata-se que até a segunda metade do século XIX:

> A população existente era majoritariamente composta de mestiços, afrodescendentes e indígenas, todos em grande desvantagem nessa relação com o fazendeiro. O possante, que desbravou as fronteiras agrícolas, sem recursos de explorar o solo esgotado ou pressionado pelo latifundiário, vai se sujeitar ao agrego. Por sua vez, o indígena vai tendo sua reserva incorporada à fazenda, sem mobilidade e sem controle do seu espaço geográfico. Os únicos que conseguiram sobreviver foram aqueles que buscaram refúgio nas cabeceiras dos rios, parte da região com mais doenças e terrenos menos férteis, caso dos Maxakali. (ATSCHIM, 2018, p. 50)

Assim, é possível identificar a forma como vai se constituindo não apenas o nascimento político e institucional do Vale do Mucuri e o lugar que passa a ocupar a cidade de Teófilo Otoni nesse processo, mas

também o nascedouro do que é explicitado nas marcas das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. Como se pode observar na forte presença de pequenos e médios agricultores e o estabelecimento da produção cafeeira ao longo do século XIX como elemento determinante para a formação regional, conforme considera o autor, e que tecem o conjunto das relações sociais locais, cujo registro é:

> De relações de poder que se conservaram e preservam até os dias de hoje características, fortemente marcadas pelo mandonismo e personalismo na vida pública, favorecendo práticas autoritárias e patrimonialistas. Enquanto a tendência era de, ao longo do século XX, o mandonismo desaparecer [...] na região ganhou autonomia, conseguindo caminhar no Segundo Reinado, durante toda a Primeira República e resistiu até mesmo à penetração de práticas e valores capitalistas. (ATSCHIM, 2018, p. 62)

A citação acima leva-nos a afirmar que os traços sócio-políticos da região confirmam a tendência da formação sócio-histórica brasileira na qual Fernandes (2020) denomina de heteronomia.

Esta é marcada por um alto traço de desigualdades econômico-políticas e socioculturais na "combinação" do arcaico com o moderno, assentando traços da racionalidade burguesa que se "acomodam" em estruturas com traços coloniais. No vale do Mucuri, o que se apresenta é o "espírito burguês" antes da constituição de uma classe burguesa. Essa peculiaridade admite brechas do novo que se torna necessário absorver sem renunciar aos privilégios sociais de "ser senhor", ser reconhecido, ser respeitado, espraiando para as esferas públicas, em Teófilo Otoni e nos demais municípios do Vale do Mucuri.

Somado a este traço, o historiador local Sérgio Luiz de Souza (2011) traz grandes contributos sobre a "perspectiva de progresso" a partir da imigração de contingentes europeus, com ênfase nos alemães, que trariam modernidade, civilidade, "branquitude" para a região, excluindo as massas constituídas de negros, mestiços e indígenas na região.

> Se construiu no Brasil um processo que nega a memória da população negra. Através da repressão e outras ferramentas mais sutis, houve por parte da elite ações para uniformizar as diferenças culturais. Essa construção se reforçou a partir do século XIX e avançou ao longo do século XX, com a ideia de progresso e modernidade espelhada nas sociedades ocidentais. A memória foi, na esfera pública, uma das ferramentas desse "apagamento", produzindo referências de patrimônios que pertencem a uma minoria. Há com o objetivo de apagar as diferenças e reforçar o poder uma sacralização de símbolos que só são referências para grupos hegemônicos. Com isso é realizado um processo de invisibilidade das representações negras, uma negativa de sua existência. (SOUZA, 2011, p. 10)

Com isso, para o autor, o "lugar do branco" acaba por construir espaços para simbolizar seu grupo como padrão de referência, produzindo um imaginário de negação da identidade negra. A partir da segunda metade da década de 1950, Rothe (1956) afirma que o perfil do homem moderno era o de desbravador, ousado, investidor. Havendo uma imagem imbricada do imigrante alemão como a "raça", o ser:

> De espírito civilizatório que deveria estar alinhado com o período desenvolvimentista. Civilização que não incluía o Território Negro. Este, para o branco, era ocupado por desordeiros e preguiçosos,

> distante dos princípios cristãos e que não fazia parte nos caminhos progressistas que estava trilhando a cidade de Teófilo Otoni. A figura do imigrante alemão ressignificada vai ter o duplo papel de reforçar o ideal progressista e modernizador da elite de Teófilo Otoni, e, principalmente, de apagar a construção do Território Negro que ganhava vigor na Margem da Linha. (ROTHE, 1956, p. 6)

Esta imagem estereotipada dos negros após a abolição da escravatura (1888) reforça no ideário ideopolítico na região o que Moura (2019) assevera sobre a marginalização do negro na sociedade pós-imperial com os discursos científicos, religiosos, filosóficos e sociológicos[3] de que reconstruir uma nova nação tinha por recurso a negação da história, do seu pérfido passado colonial, assumindo a postura de que "um novo" é possível, rompendo totalmente com os resquícios da era colonial.

A este traço excludente, racializado, Fernandes (2020) assegura que os interesses das frações de classes dominantes no Brasil estendem os seus mandonismos, autoritarismos, clientelismos[4] para as esferas públicas. Ao contrário das burguesias dos centros capitalistas, que historicamente se fortalecem como classes no esteio da sociedade civil rumo ao aparato de Estado, nossas frações levam seus interesses, correlações de forças para a construção de um poder político centralizado, modernizando os aspectos econômicos com velhas práticas na esfera estatal para a garantia de privilégios decorrentes da ordem senhorial escravocrata, refuncionalizando no contexto de ingresso da ordem social competitiva em fins do século XIX após a abolição "formal" da escravatura, a instauração republicana que se consolida com a era Vargas (1930-1945)

A década de 1960 no Brasil, de acordo com Netto (2015) traz por contexto a "crise" de um projeto nacional desenvolvimentista que advém da era Vargas (1930-1945 e 1951-1954), com consolidação e sinais de esgotamento com Juscelino Kubitschek (1956-1961).

O projeto em questão propiciou o desenvolvimento desigual e combinado com forte dependência dos países capitalistas centrais. A crescente, acelerada e desigual urbanização, o fomento do setor industrial de bens não duráveis, transitando para a "indústria pesada" já nos anos 1950, sinaliza o complexo de contradições da sociedade brasileira somada aos traços da era senhorial escravocrata no aparelhamento do Estado brasileiro, deixando à margem as frações das classes trabalhadoras, as massas em uma nação fortemente marcada por sua população, em maioria, nas áreas rurais.

[3] Durkhein (1976); Hollerback (1970); Nietzche (2017) e Nina Rodrigues (2010), são autores que contribuem para estes padrões excludentes e racializados. Maiores informações, consulta aos autores citados.

[4] Fernandes (2020) vai afirmar que o mandonismo, o autoritarismo e o clientelismo são marcas estruturais que advém do Brasil Colônia com a estrutura da administração colonial, tendo por personalidade "central" o Senhor de Engenho que carrega em si tais traços. O mandonismo se funda nas relações de mando-obediência sob o domínio dos territórios dos senhores e que extrapola para os cargos públicos da Administração Patrimonial, ou seja, o uso da esfera pública para atender a interesses privados (dos senhores). O autoritarismo se faz presente na relação de trabalho escrava indígena e com o predomínio da mão de obra negra africana no uso da força e violência que, na esfera pública, a repressão estatal com a coerção desempenha este papel de forma "exemplar". Por fim, o clientelismo tem por compreensão as relações de favor, troca e que refletem também na vida pública, política e que assistimos, sob novas determinações na realidade brasileira.

A crise deste projeto, que segundo Fernandes (2020) e Netto (2015) coloca para a nação na entrada dos anos 1960 duas alternativas, sendo o avanços das forças populares democráticas, as reformas de base sob a influência de João Goulart (1961-1964) no poder que avançariam com os limites estruturais de nossa nação, e a história seria outra; e a necessidade imperativa das classes dominantes brasileiras, coligadas e subservientes ao capitalismo de centro, de agir em nome da manutenção da heteronomia, alargando os passos do desenvolvimento nacional com a entrada maciça de capital privado, crescimento da industrialização de bens duráveis, infraestrutura com um Estado centralizado, forte para garantir os interesses dominantes e reprimir os "subversivos".

Essa sintética contextualização consolida a autocracia burguesa, a ditadura do grande capital, segundo Ianni (1986), combinando o que há de "pior" na nossa herança colonial.

A realidade nacional dos anos 1960 incide fortemente no Vale do Mucuri (MG), na qual a cidade de Teófilo Otoni foi o cenário de uma série de acontecimentos.

> A cidade de Teófilo Otoni assumiu um novo formato de ocupação urbana ao longo dos anos de 1960. O recorte de ocupação espacial demarcando de forma nítida as diferenças socioeconômicas entre as regiões centro-norte em contraponto ao sul se tornou mais complexo e mais diversificado do que o cenário pré-Golpe. Tanto bairro residenciais nobres como favelas ocuparam novas áreas da malha urbana da cidade. Esse fato está relacionado com o fim da Estrada de Ferro Bahia e Minas, a presença da rodovia Rio-Bahia atravessando outra região da cidade e o crescimento populacional. Ainda que não tenha eliminado as residências, a região central se tornou predominantemente um espaço comercial. (Atschim, 2018, p. 144)

O autor reitera que o município de Teófilo Otoni nos anos 1960 e 1970 apresenta um índice razoável da sua população urbana comparada a população rural, na proporção percentual de 50,44% sobre 49,56%. A economia local começa a ancorar no rol do terceiro setor com prevalência do comércio, todavia convivendo com as atividades agropecuárias e a exploração e comercialização de pedras preciosas e semipreciosas.

Contudo, a desigualdade regional no Vale do Mucuri (MG), tendo como polo Teófilo Otoni, aponta:

> Uma população estimada em torno de 120 mil habitantes, constituída, por sua maior parte (70 por cento), de pessoas de baixa renda, Teófilo Otoni pode ser considerada como sendo uma imensa e organizada favela. A cidade é cercada por várias favelas, e sua aparência nada limpa, o número de pessoas ociosas nas ruas, o baixo nível cultural e as precárias condições habitacionais da maioria do povo, não permitem outra definição melhor para Teófilo Otoni. Sobrevive às custas de um pequeno comércio local e de suas pedras e jazidas minerais. A região é, de fato, rica, tanto em jazidas minerais, como no setor agropecuário. Por isso mesmo, considerada a renda de cada pessoa, em confronto com as fontes de renda existentes, torna-se flagrante um enorme desnível social. (ATSCHIM, 2018, p. 145)

Somada a esta realidade, Ottoni Carvalho (2006) afirma que a baixa integração interna também dificultou o desenvolvimento regional, fortalecendo apenas centros já consolidados como Nanuque e Teófilo Otoni:

> Apesar da pouca permeabilidade e da grande dificuldade de deslocamento interno que ainda persiste a cidade de Teófilo Otoni ainda aparece como o centro regional mais importante, mais bem equipada e capaz de influenciar o maior número de centros emergentes e pequenas cidades desta região. Todas as Microrregionais inseridas na Mesorregião e grande parte dos centros localizados nos outros dois estados ainda permanecem de certa maneira dependentes em relação à cidade de Teófilo Otoni. Apesar de ainda manter uma posição de destaque como polo regional, a cidade de Teófilo Otoni parece estar, em certa medida, estagnada. (OTTONI CARVALHO, 2006, p. 92)

Batella (2013) traz contributos na afirmação de o capitalismo no Vale do Mucuri (MG) não conseguiu promover avanços significativos que superassem a economia em virtude da "frágil capacidade dos agentes locais em promover articulações mais densas no sentido de aprofundar a acumulação de capital para além daquela restrita à circulação, intermediação e trocas." (BATELLA, 2013, p. 212). Complementando:

> Em outras palavras, a elite econômica local pouco diversificou seus investimentos. Aliado a esse contexto e corroborado por ele, as desigualdades se intensificaram. Nesse quadro, a possibilidade de uma intervenção do poder público não se concretizou, pois o Estado acaba se ajustando aos interesses privados do capital mercantil. Foram diversas as tentativas de transformar e aquecer a produção local, mas foram travadas pela predominância dos grupos ligados ao capital mercantil que não garantiram dinâmicas que promovessem rupturas com as bases produtivas construídas historicamente". Exemplos de tentativas no passado recente de investimentos em outros setores não foram bem-sucedidas, caso da indústria. Não existe um distrito industrial, mesmo com sua criação por decreto em 2009, da Zona de Processamento para Exportação (ZPE). A ZPE não se concretizou, ficando apenas no papel. Igualmente fracassado foi o investimento em agronegócios relacionados com o processamento de carne bovina, que também não foi adiante. (BATELLA, 2013, p. 213)

Para além das disparidades econômico-sociais, refletindo a realidade nacional sob a autocracia, o espectro político-social é palco de censuras, repressões e resistência na região. Atschim (2018) sinaliza que, no Vale do Mucuri (MG), cerca de 200 a 300 pessoas foram presas em abril de 1964, dentre elas:

> Apontam nacionalistas, comunistas, pertencentes ao Grupo de Onze e a sindicatos. Logo após o Golpe, chegou à cidade de Teófilo Otoni um destacamento policial fortemente armado com metralhadoras e fuzis que amontoaram os suspeitos na cadeia local em situação extremamente precária. Em seguida foram levados à cidade de Governador Valadares onde foram realizados os interrogatórios. Ainda que quase todos tenham sido libertos nos primeiros dias, aqueles que, no discurso ou na prática, manifestaram de forma clara apoio às reformas de base (especialmente a reforma agrária) e ao comunismo ficaram um maior tempo presos, é o caso especialmente de Nestor e Tim Garrocho. Mas a repressão e a vigilância se mantiveram presentes na vida daqueles que poderiam oferecer algum risco ao regime instalado ou às práticas políticas regionais. Os que não foram silenciados ou cooptados logo após as medidas de terror, violência e humilhação tomadas no primeiro momento, foram sendo minados nas suas posições políticas no dia a dia, com perseguições, interrogatórios e diversas formas de constrangimento. (ATSCHIM, 2018, p. 150)

Após o golpe de 1964, com intento de manutenção da "ordem" na cidade de médio porte da região, foi instalado a presença de um estado de vigilância constante. O sentimento de estar sendo vigiado e perseguido:

> Levou o então secretário da Faculdade de Filosofia de Teófilo Otoni, em 28 de agosto de 1972, de justificar a não gravação da reunião ocorrida com os funcionários e alunos. Alegou em documento enviado ao DOPS que não conseguiu registrar o evento com o gravador cassete por "imperícia própria". Diante da necessidade do governo em conter os focos de maior resistência ao regime, houve uma atenção especial ao meio educacional, tanto em relação aos movimentos estudantis quanto ao meio universitário existente em Teófilo Otoni. Na Fundação Universidade Nordeste Mineiro, a Faculdade de Filosofia de Teófilo Otoni e o seu Diretório Acadêmico sofreram uma minuciosa investigação em 1972. Segundo o DOPS, havia duas facções políticas em litígio no meio estudantil. Uma pró e outra em oposição à Faculdade. Essa situação foi o suficiente para que o DOPS enviasse para Teófilo Otoni três agentes para investigar o Diretório Estudantil e a Fundação. (ATSCHIM, 2018, p. 152)

Os sindicatos locais/regionais também foram alvo de grandes perseguições por parte do DOPS, que dissolveu, por exemplo, a presidência local dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região do Vale do Mucuri (MG), levando os membros ao interrogatório, prisão e com o tempo a soltura sob vigilância constante.

O movimento Corrente Revolucionária de Minas Gerais, mais conhecido como Corrente, surgiu no estado na década de 1960, sendo fruto da dissolução do Partido Comunista Brasileiro no estado mineiro. Este grupo:

> Defendia a luta armada imediata, propondo ações que gerassem recursos para dar infraestrutura a uma guerrilha rural. Procuraram no período de atuação, entre 1968 e abril de 1969, trabalhar com a formação política de operários e funcionários públicos. O contingente da "Corrente" era principalmente de funcionários públicos da prefeitura de Belo Horizonte e universitários. A organização dividiu em três subáreas de atuação no estado Minas Gerais: Triângulo Mineiro, Montes Claros e Teófilo Otoni. A base era a proposta de guerrilha foquista defendida por Ernesto Che Guevara, no qual deveriam se criar focos de revolução pelo mundo para enfraquecer o capitalismo. Pelo relatório do DOPS, a "Corrente" recebeu inicialmente apoio financeiro de Carlos Marighella para fazer o levantamento entre a região mineira de Governador Valadares e Vitória da Conquista, na Bahia. A proposta era fazer um estudo ao longo da Rodovia Rio-Bahia sobre vias de transportes, núcleos camponeses, força policial, redes bancárias e meios de comunicações. Quem foi responsável de criar aparelhos (local onde se refugiavam pessoas e organizações clandestinas que participavam da resistência ao governo militar) em Governador Valadares, Teófilo Otoni e Vitória da Conquista foi Nélson José de Almeida e outro militante chamado de "Goiano". A base partidária era Governador Valadares, tendo como espaço de ação a zona rural e a estratégia para dificultar a repressão era de atuar e recuar. (ATSCHIM, 2018, p. 154)

Ressalta-se que, com a existência de guerrilheiros no Vale do Mucuri (MG), o DOPS manteve estado de alerta, procurando identificar qualquer vestígio de comércio de armas na região que pudesse abastecer os possíveis movimentos contrários ao governo. sinaliza que o único movimento que vai sobreviver, fazendo-o dentro dos limites da repressão:

> É uma fração da Igreja ligada à Teologia da Libertação. No auge da ditadura militar, algumas lideranças católicas assumiram papel de denúncia diante do Estado de exceção vivido. Exemplo dessa reação foi a do arcebispo da Paraíba, José Maria Pires. Em dezembro de 1970, ele foi convidado para pregar a novena da Imaculada Conceição em Teófilo Otoni. Pires já havia sido bispo na cidade mineira de Araçuaí, participou do Concílio Vaticano II e já atuava contra a ditadura. Aproveitando a presença do arcebispo na cidade, um grupo católico convidou Pires para palestrar no antigo Colégio São Francisco. Iniciou sua apresentação falando sobre liberdade de expressão e tortura, afirmando comungar com as ideias de Dom Hélder Câmara. Em seguida denunciou

> abertamente que no regime militar havia torturas, fome, ausência de liberdade no Brasil. Dizia que abandonou há dois anos a parada de Sete de Setembro em João Pessoa por não concordar com certos acontecimentos. Concluiu dizendo que tinha documentos comprovando a proibição de Dom Hélder para falar em rádio ou televisão e que só não estava preso por ser arcebispo (ATSCHIM, 2018, p. 155)

A reação da elite local à pregação do Arcebispo de João Pessoa (PA) e aos religiosos progressistas da Diocese de Teófilo Otoni (MG) foi intensa, pois:

> Realizaram duras críticas contra a atuação dos padres progressistas, divulgação de panfletos com falsas informações, perseguições a funcionários grevistas. A pressão tendo como discurso de estar a Igreja "jogando os pobres contra os ricos" surtiu efeito. O movimento conservador pentecostalista da Renovação Carismática Católica ganhou força. O bispo da Diocese, Dom Quirino Schmitz renunciou o episcopado em 1985, e os padres mais ativos foram afastados. Esse tipo de reação conservadora não ocorreu apenas contra a Igreja Católica. De um modo geral, o enraizamento de práticas políticas excludentes foi continuado mesmo com o fim da ditadura militar. A possibilidade de alternância partidária no poder local, a partir da abertura dos anos 1980, foi incapaz de romper com os traços que o Mucuri tem em comum no seu aspecto cultural: localismo, patrimonialismo, clientelismo, personalismo e mandonismo. Essa herança, construída a partir de meados dos anos de 1800, contribuiu para o elevado déficit de participação política regional existente em pleno século XXI. (ATSCHIM, 2018, p. 156)

Com o fim da autocracia burguesa em 1985, as frações de classe com grande influência na vida política "forjaram" uma coalizão conservadora na transição do regime ditatorial para a redemocratização do país, denominada de "Nova República".

Todavia, esse processo de transição não ocorreu com a ausência de protagonistas das classes trabalhadoras do país representados pelos partidos políticos de esquerda. A proeminência e nascimento do Partido dos Trabalhadores nos anos 1980, os sindicatos, associações de bairros, a luta pela universalização da saúde e da educação demostraram o protagonismo das massas, sendo a Constituição Federal de 1988 resultado de lutas e reivindicações.

Atschim (2018) afirma que, no Vale do Mucuri (MG), esse processo nacional provocou na região o "ganho de força" das massas locais, tais como os sindicatos rurais, o Partidos dos Trabalhadores no munícipio de Teófilo Otoni, dentre outros, enfraquecendo a elite conservadora local/regional. É este cenário que permite localizar *a chegada das primeiras assistentes sociais na região, sendo que em Teófilo Otoni a primeira profissional se faz presente em 1979 e posteriormente outra profissional em 1985*[5].

3 O SERVIÇO SOCIAL NO VALE DO MUCURI (MG): APONTAMENTOS INICIAIS.

Parte-se da assertiva que a apreensão do Serviço Social, sob a ótica da Teoria Social Crítica, se localiza na reprodução das relações sociais, captando neste movimento contraditório o significado sócio-

[5] Entrevista concedida pelas Assistentes Sociais pioneiras com resguardo ético do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (CEP-UFJF). A proposta de estudo foi aprovada pelo referido comitê em 09/03/2023.

histórico desta profissão sob a égide da sociabilidade capitalista em sua fase monopolista clássica[6] em fins do século XIX.

Profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho peculiar a sociedade industrial e a expansão urbana sob a mediação histórica das classes sociais fundamentais a saber: o proletariado e a burguesia industrial, tendo na "questão social" seu objeto de justificação:

> A questão social é compreendida como a manifestação, na cena política, do reconhecimento do proletariado como classe por parte do Estado e das frações de classe dominante com vistas ao atendimento histórico das demandas colocadas pela classe trabalhadora. É a contradição entre a burguesia e o proletariado, capital e trabalho, tendo por elemento fundante o trabalho cada vez mais social em contrapartida à apropriação privada da riqueza produzida. (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 80)

No Brasil, a profissão se faz presente a partir dos anos 1930 sob o contexto da Era Vargas (1930-1945) em que a industrialização em vias de substituição gradual das importações trará avanços, mas também impasses, "exigindo a presença e intervenção de profissionais qualificados com ênfase na assistência preventiva e em ações de racionalidade[7] para além da caridade". (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 84)

As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, na década de 1930, estarão sob a influência ideológica da Igreja Católica sob o esteio de sua Doutrina Social com base nas encíclicas papais Rerum Novarum, de 1891, e a quadragésimo Anno, de 1931[8].

As primeiras agentes sociais, termo utilizado por Iamamoto e Carvalho (2014), constituirão de moças e senhoras das frações de classe dominante paulista e carioca, valorizando as suas qualidades pessoais, formação católica, capital cultural para adentrarem em contato com as classes trabalhadoras com ações extremamente conservadoras e moralizantes.

A década seguinte, 1940, marca a institucionalização e legitimação da profissão com o crescimento das instituições sociais ligadas diretamente ao Estado, maior empregador histórico de Assistentes Sociais, seguida das empresas privadas e instituições não estatais, formando um mercado nacional de trabalho.

A partir de 1940:

---

[6] Netto (2007) localiza o capitalismo na era dos monopólios no último quartel do século XIX, realizando a transição do capitalismo industrial concorrencial para o monopolismo imperialista. Esta nova etapa do capitalismo, trará o acirramento e as complexificações das expressões da "questão social", tendo por fundamento precípuo a produção cada vez mais social, pela divisão internacional do trabalho, na contraface da apropriação da riqueza produzida pela burguesia, classe dominante. A intervenção do Estado nas relações sociais se dará de forma mais sistemática, elencando as políticas sociais, estas, também, como processo de pressão e luta dos trabalhadores. Maiores informações, Netto (2007).

[7] A Assistência Preventiva, para Verdes Leroux (1986), vai na raiz dos problemas que assolam as classes trabalhadoras, se fazendo imperativo a presença de profissionais qualificados para atuar em um ambiente hostil, alheio de sua classe de origem.

[8] A Doutrina Social da Igreja constituí como resposta da Igreja Católica as transformações ocasionadas pela consolidação da sociabilidade capitalista nos pós 1848. Condena a laicização da sociedade, a dessacralização da vida social, condenando os excessos provocados pela sociabilidade em questão, o liberalismo. Todavia, condena o comunismo, defendendo uma terceira via, uma conciliação entre capital e trabalho sob o imperativo ético-cristão. Maiores informações, Verdes Leroux (1986)

> O Serviço Social brasileiro sofrerá as influências do Serviço Social Norte-Americano, de base positivista estruturalista com teor extremamente conservador, portanto funcional a sociedade burguesa. O discurso de neutralidade ante o objeto estudado, o domínio das técnicas de intervenção para o alcance dos objetivos de forma eficaz, portanto, racional é o objetivo de nossa causa. (Andrade, 2008, p. 129)

Nos anos 1940/1950, a influência descrita vai ganhando hegemonia no campo da formação e da prática dos Assistentes Sociais com um rearranjo teórico-doutrinário, ou seja, uma simbiose entre os elementos da Doutrina Social Católica e a vertente Norte Americana, ressignificando as qualidades pessoais com uma débil presença teórica, caracterizando um Serviço Social Tradicional[9].

Os anos 1960, no cenário do golpe autocrático burguês em 1964, Netto (2015) afirma que o Serviço Social Brasileiro vive um dos seus momentos históricos mais importantes, ou seja, a Renovação do Serviço Social[10].

> O processo da "modernização conservadora", tomado globalmente, engendrou um mercado nacional de trabalho, macroscópico e consolidado para os assistentes sociais. O desenvolvimento das forças produtivas, na moldura sociopolítica peculiar da autocracia burguesa, saturou o espaço social brasileiro com todas as refrações da "questão social". A criação de um mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais tem seus mecanismos originais deflagrados em meados dos anos 1940, no bojo do processo de desenvolvimento das grandes instituições sociais implantadas no ocaso do Estado Novo. (Netto, 2015, p. 159)

Nos anos 1960/1970, auge e crise da autocracia burguesa, o Serviço Social se expande, interiorizando para diversas regiões do Brasil. O Vale do Mucuri (MG), localizado no nordeste do estado mineiro é uma das regiões em que recebe as e os primeiras (os) profissionais.

De acordo com Camargo (2019, p. 203):

> O processo de interiorização da profissão pode ser encontrado através do depoimento das pioneiras, em fins dos anos 1970 para a década seguinte. Na região, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi uma das instituições que passam a demandar na região por esta mão de obra qualificada. Nos anos 1980 assiste-se o florescimento das políticas sociais, dando início a um mercado de trabalho na região.

Em uma conversa realizada em julho de 2023[11] com uma das pioneiras, Romilda Aparecida Nepomuceno, constata-se que a sua chegada na região se deu no município de Águas Formosas (MG),

[9] Para Netto (2015), o Serviço Social tradicional tem por característica uma intervenção reiterativa, fragmentada, burocratizada com vistas a busca da coesão, para ajustes do que se encontra desajustado sob o imperativo da ética liberal burguesa. O rompimento do Serviço Social com o seu lastro conservador, somente se dará a partir dos anos 1970 no processo de Renovação do Serviço Social na vertente Intenção de Ruptura.

[10] Para uma melhor apreensão das vertentes renovadoras: Modernização Conservadora, Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura, Netto (2015) e Iamamoto e Santos (2021)

[11] Por se tratar de uma apreensão da profissão na região em tela, no quadro da pesquisa doutoral em desenvolvimento, o conteúdo está respaldado pela aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da UFJF no que tange a investigação científica.

pertencente ao Vale do Mucuri, a partir de uma demanda posta pela Legião Brasileira de Assistência na região.

> Fomos contratadas pela LBA no ano de 1984 com o objetivo de interiorizar as ações desta instituição na região. A contratação se deu pela Secretaria de Planejamento do estado de Minas Gerais na gestão de Tancredo Neves sob influência do Método BH, de atingir regiões que de fato precisavam de ações, careciam de ações para com a população. Me recordo que permaneci na instituição por dois anos, até o ano de 1986. (NEPOMUCENO, 2023, s/página)

Um elemento particular é incidente a partir do relato acima: obter contato direto com a população local/regional para levantamento das demandas/necessidades não em um contexto "missionarista" da gênese profissional, mas no quadro renovador da profissão, objetivando o desenvolvimento regional dado ao atraso e a ausência efetiva do Estado com efetivação de políticas sociais. Soma-se a esta particularidade a efervescência dos anos 1980 pelo processo redemocratizador na sociedade que culminará, como uma das ações coletivas, a Carta Magna de 1988, elucidando pela primeira vez na história brasileira o campo dos direitos sociais, tendo por modelo a Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social).

A profissional sinalizou também que mais cinco assistentes sociais foram contratadas, imbuídas sobre a recente influência, a época, do Método de Belo Horizonte[12] no bojo da intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. Foi destacado por Romilda que o Desenvolvimento de Comunidade[13] foi muito utilizado na região como mecanismo de levantamento das reais necessidades, mobilização popular e conscientização das condições de vida das populações ali envolvidas sob a ótica de transformação da realidade regional pelos envolvidos.

No ano de 1986:

> Fui indicada pelo governo do estado mineiro, além de um "concurso interno realizado" com regime de CLT me efetivando somente em 1994. Três técnicos da Secretaria de Planejamento e três políticos do estado referendaram meu nome. Essa prática se dava antes da Constituição de 1988 e pelo meu trabalho desenvolvido por dois anos na LBA obtive destaque e fui alocada para a Gerência Regional de Saúde no município de Teófilo Otoni (MG), atuando no campo da gestão em vista de realizar levantamento das reais necessidades de saúde da região. (NEPOMUCENO, 2023, s/página)

[12] Para Netto (2015), o método Belo Horizonte foi a construção de uma alternativa global ao tradicionalismo no Serviço Social, sendo o traço mais visível da explicitação do projeto de ruptura que se plasmou na atividade da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais na primeira metade dos anos 1970. Três traços constituem os elementos do método, de acordo com autor: O ideopolítico (crítica ao discurso de neutralidade que acompanhou a profissão); o teórico-metodológico, denunciando a episteme de matriz positivista/funcionalista, concebendo a realidade de forma fragmentária e o operativo funcional que objetivava o enquadramento dos "subalternos" em função dos interesses do capital. Maiores informações, Netto (2015).

[13] Segundo Andrade (2008, p. 284) Foi uma estratégia lançada para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia ideológica americana (capitalismo), cuja política visava preservar o mundo livre de ideologias não democráticas. Partindo do pressuposto de que as populações pobres têm maior receptividade ao comunismo julgava ser preciso melhorar e desenvolver o sistema capitalista. Daí, a busca de estratégias, como a implementação de DC. Qualquer incursão teórica que pretenda lograr um nível consistente de explicação sobre as origens do DC supõe também o retorno às condições históricas mundiais vigentes. Durante os anos de 1950, a ONU empenha-se em sistematizar e divulgar o DC como uma medida para solucionar o complexo problema de integrar esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento. Plasmado sobre um esquema conceitual societário que se regido pelos pressupostos da harmonia e do equilíbrio.

Após a inserção da profissional no novo espaço de trabalho, a mesma afirmou que o Serviço Social era uma profissão desconhecida, associando-a equivocadamente como ajuda, benesse, ações de caridade e filantropia, que refletem o passado recente em sua gênese, bem como era vista pelos "poderosos dos Vales" como uma profissão subversiva, questionadora e no mesmo movimento "subalterna" e funcional aos interesses dominantes.

> Me recordo tanto na experiência de 1984 a 1986 na LBA como também, a partir de 1986 na GRS, "da sensação real de ser vigiada, questionada por gestores maiores e alguns políticos e pessoas influentes da região. Fui "orientada" a não ficar dão ouvido ao povo, andando pelas ruas e bairros de Teófilo Otoni para incitar o povo". (NEPOMUCENO, 2023, s/página).

Exercer a profissão sob os elementos do coronelismo, do paternalismo, do mandonismo, ainda incidentes na região, acarreta para os anos posteriores, 1990 e 2000:

> Dois movimentos que percebo em relação aos demais colegas aqui na região. Um grupo de profissionais com perfil mais combativo, questionador, que consegue a médio prazo conquistar o respeito no seu espaço de trabalho com os gestores, demais profissionais e os usuários. Já o outro grupo de perfil, assume traços conservadores em fazer o básico, de forma mecânica, não questionando os gestores por medo da represália, do desemprego e se "intitulam" importantes, pois conseguem trabalhar melhor, sem sofrer pressões. (MARTINS, 2023, s/página)[14]

Há de ressaltar que outras profissionais do Serviço Social da região nos espaços da LBA, extinta em 1995, bem como em outros locais de trabalho como nas prefeituras das cidades regionais e instituições filantrópicas em Teófilo Otoni vivenciaram questionamentos acerca do que faz o Serviço Social, o que é essa profissão, o porquê da necessidade de contato direto com a população.

Iamamoto e Carvalho (2014, p 87):

> A isso se acresce outro traço peculiar ao Serviço Social: a indefinição ou fluidez do "que é" ou do "que faz" o Serviço Social, abrindo ao Assistente Social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional. Tal característica, apreendida às vezes como um estigma profissional, pode ser reorientada no sentido da ampliação de seu campo de autonomia, de acordo com a concepção social do agente sobre a sua prática.

Acerca da indefinição descrita, Nepomuceno (2023) afirma que na entrada dos anos 1990 há um aumento quantitativo de profissionais na região com o processo de municipalização no contexto da pós Constituição de 1988, provocando o surgimento e gradual consolidação de um mercado de trabalho para as e os assistentes sociais na região.

Camargo (2019, p.205) reverbera que:

[14] Outra profissional na qual o diálogo se por meio da entrevista, reforçando o aval do Comitê de Ética e Pesquisa da UFJF. A Assistente Social atua na região desde 1988 com graduação na então Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG).

> O Serviço Social em Minas Gerais, ao longo dos anos, teve um quadro bastante heterogêneo quanto a sua interiorização, demonstrando uma ausência de profissionais em várias regiões do estado. Ao mesmo tempo foram demandados novos postos de emprego para os Assistentes Sociais, conduzido sobretudo pela municipalização das políticas sociais de Saúde e de Assistência Social.

Nepomuceno (2023) apontou que um dos grandes desafios para a profissão na região nos anos 1990 e entrada dos anos 2000 foi a desvalorização profissional em relação aos salários, condições de trabalho, requisições profissionais indevidas por gestores da região e que levaram o pioneiro grupo, em torno de 15 profissionais na região do Vale do Mucuri (MG), sendo 9 assistentes sociais atuando em Teófilo Otoni, a se organizarem o Núcleo de Assistentes Sociais (NAS) que vivenciaram períodos de mobilização e avanços, mas também de desmobilização e paralisação temporária das atividades.

Nepomuceno (2023) sinaliza, em acordo com Camargo (2019) que a partir de 2004/2005 com a centralidade dada pelo governo federal acerca da Política Nacional de Assistência Social, novos espaços sócio-ocupacionais de trabalho são criados, elevando o quantitativo de profissionais na região. Contribui para este cenário regional a instalação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em Teófilo Otoni em 2006, ofertando o curso de Serviço Social, o primeiro de natureza pública na região. Há de ressaltar que os cursos privados de Serviço Social surgiram no início dos anos 2000 ofertados pela rede Doctum de ensino e pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), ambos com campus em Teófilo Otoni.

> Atualmente na região, possuímos um quantitativo maior de assistentes sociais por causa, principalmente, da universidade federal. Muitos colegas que estão atuando aqui na prefeitura de Teófilo Otoni, nas secretarias de Assistência Social e Habitação, de Saúde e mais recente na Educação, em sua maioria, são egressos da federal. Também tem egressos dos municípios de entorno, que formaram na federal a trabalham na prefeitura de suas cidades natal. O nosso nó e a desvalorização salarial, falta de concurso público e vejo um sentimento de grande desânimo e conformismo da categoria aqui na região. (TEIXEIRA, 2024 s/n)

Sabemos que o mundo do trabalho, na qual Antunes (2022) nos traz uma série de elementos, vem se apresentando de forma precarizada, com baixas remunerações, condições de trabalho, o assédio moral e sexual que traz adoecimento físico e mental, desmotivação para o trabalho em um contexto de destruição dos serviços públicos ofertados pelo Estado, este, empregador histórico de Assistentes Sociais.

> Aqui em Teófilo Otoni, e acredito não ser muito diferente em outros municípios da região, o salário médio do assistente social fica em torno de R$ 1500,00 bruto, caindo para aproximadamente R$ 1.100,00; R$ 1200,00 e alguns lugares o líquido fico em torno de menos de R$ 1000,00. Há uma indignação dos profissionais da região em relação ao CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), pois o valor da anuidade é pesado para nós da região e ficamos aqui esquecidos. (PENHA, 2024 s/n)

Conforme já sinalizado parágrafos atrás, o Núcleo de Assistentes Sociais[15] da região, tendo a sua primeira implementação e gestão nos anos 1990, passou por momentos de efervescência e desmobilização em uma quadra histórica de valores neoliberais que preceitua os "valores individuais" de mercado como ideologia dominante, marcado por uma política econômica, com diferenças entre os governos dos anos 1990 a atualidade, com predominância de uso do fundo público para pagamento da dívida interna e externa como lógica imposta pelo capital, afetando com mais profundidade os países de capitalismo dependente como o Brasil, em detrimento da efetivação dos direitos sociais, trabalhistas, dentre outros, em sua integralidade preceituados pela Carta Magna de 1988.

Outro ponto a ser sinalizado abrange a compreensão das entidades da categoria profissional, dando enfoque ao conjunto CFESS/CRESS[16] que tem por função precípua a defesa dos princípios, direitos e deveres das e dos Assistentes Sociais para a qualidade do trabalho profissional exercido junto a amplos segmentos da classe trabalhadora, que demandas os serviços ofertados pelo Estado, empresariado e o vasto campo do "terceiro setor".

A luta de classes, na sua coletividade, no lugar dos sindicatos, partidos políticos de esquerda, ainda são um dos lugares em que cabe aos assistentes sociais ocuparem por pertencerem a classe-que-vive-do-trabalho e que se mobilizarem paralelamente de forma coletiva para o enfrentamentos das complexas refrações da "questão social", uma delas como as precárias condições de exercício profissional da e do Assistente Social em uma região em que predominam valores extremamente conservadores, reatualizados em práticas mandonistas, coronelistas, de primeiro damismo nas secretarias de Assistência Social nos municípios que compõem o Vale do Mucuri (MG), ressignificando o assistencialismo, a benesse, a ajuda e o profissional na condição de subalterno no que tange a gestão e execução de serviços sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Artigo em tela apresentou os elementos da formação regional do Vale do Mucuri (MG) que se entrecruzam com os elementos da formação sócio-histórica brasileira, remontando ao Brasil Colonial, na dizimação dos povos originários e na brutal escravização do negro africano por mais de quatro séculos.

A economia, tendo a exploração dos recursos naturais, o manejo da terra para as plantações monocultoras, a pecuária e, posteriormente, a exploração aurífera no estado de Minas Gerais são elementos

[15] Os Núcleos de Assistentes Sociais (NAS) são uma ferramenta de articulação política coletiva das e dos Assistentes Sociais sob a assessoria política e apoio financeiro do Conselho Regional de Serviço Social do estado de Minas Gerais que surgem a partir dos anos 1990.

[16] O Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social são entidades corporativas profissionais que não se confundem ou tenham um papel sindical. As defesas das bandeiras políticas do conjunto, o apoio aos movimentos sociais de esquerda e as demandas da classe trabalhadora são elementos que perpassam a defesa intransigente de princípios contidos no código de ética profissional. Como entidade de categoria profissional, que não é sindical, não o compete e/ou não tem jurisprudência em questões legítimas apontadas por assistentes sociais. A falta deste entendimento dificulta e obstaculiza a mobilização, a adesão em instituições sindicais, partidárias e de movimentos sociais no conjunto com a classe trabalhadora.

que resvalam na região a partir da segunda metade do século XIX, combinando um desenvolvimento desigual e combinado, de acordo com Fernandes (2020), sob a forte imigração alemã na região com a construção da ferrovia Bahia-Minas e os desdobramentos de "modernização e urbanização ocorridos"

O contexto nacional dos anos 1950/1960, com o "coroamento" da autocracia burguesa, tem impactos na região conforme apresentado. O inconformismo, a resistência de frações da sociedade local, com proeminência da ala progressista da Igreja Católica regional, expuseram o caráter ideológico de enquadramento a ordem vigente, que reatualiza coronelismos, mandonismos, paternalismos, primeiro damismo.

O Serviço Social na região, inscrita como profissão na divisão sociotécnica do trabalho, se faz presente em fins dos anos 1970 em diante na medida em que de forma "lenta e gradual" o Estado, seus serviços começam a serem implementados, demandando uma mão de obra qualificada no que tange a racionalidade e eficiência dos serviços sociais.

A partir deste cenário, como inicialmente sinalizado, há um aumento quantitativo de profissionais na região que assenta o espaço no mercado de trabalho com todos os seus elementos contraditórios no marco societal capitalista financeirizado.

Os anos 2000 para a região marca a consolidação e o contínuo movimento de expansão da profissão nas políticas sociais relacionadas ao campo da Seguridade Social (Assistência Social, Saúde e Previdência Social), sendo a política de destaque como visto, a Assistência Social em virtude dos treze anos de governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) que criou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, levando a criação, gestão e execução das ações da política nos espaços dos equipamentos socioassistenciais como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), Centros POP (público alvo para a população em situação de rua) bem como as casas de Acolhimento Institucional que demarca os serviços de alta complexidade da política social explicitada.

Por fim, o intuito é com a finalização da pesquisa, em nível de doutoramento, será exposto em sua totalidade a reconstrução histórica da profissão na região.

REFERÊNCIAS

ACHTSCHIN, M. A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri. Teófilo Otoni. 2018. 176 p.

ANDRADE. M.A.R.A. O Metodologismo e o Desenvolvimento no Serviço Social Brasileiro: 1947-1961. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008

ANTUNES. R. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 8º ed, 2022.

BATELLA, Wagner Barbosa. Os limiares das cidades médias: reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni-MG. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Gradução em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente, São Paulo, 2013.

CAMARGO, M.A.B.C.A. Processamento e Proletarização do Trabalho do Assistente Social no acirramento da crise capitalista: Estudo das Condições e das relações de trabalho na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais. Tese de Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 1976. São Paulo: Martin Claret

FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica. 14 ed- Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. Ed- São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M.V; SANTOS, C.M. A História pelo Avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e Interlocuções internacionais. 1º ed. São Paulo: Cortez Editora: CNPQ, 2021

IANNI, Octavio. Construção de categorias. Transcrição de aula no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, curso proferido pelo autor no primeiro semestre de 1986. (Mimeo)

MOURA, C. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo. Editora Ática, 2019.

NEPOMUCENO, R. Entrevista concedida ao pesquisador em julho de 2023, Teófilo Otoni (MG)

NETTO, J.P. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil
pós 64. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 6. Ed - São Paulo, Cortez, 2007;

NIETZSCHE, Friedrich W. Genealogia da moral: uma polêmica. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

OTTONI CARVALHO, Christiano. (a) A mesorregião do Vale do Mucuri: contextualização histórica e Análise do desenvolvimento. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia/ Tratamento da Informação Espacial PUC MG, Belo Horizonte, 2006.

PENHA, R.W. Entrevista concedida do pesquisador em março de 2024, Teófilo Otoni (MG)

PRADO JÚNIOR, C. A Formação do Brasil Contemporâneo. Companhia das letras, São Paulo, 2012.

ROTHE, Max. Cem anos de colonização alemã em Teófilo Otoni. Ijuí: Correiro Serrano, 1956.

TEIXEIRA, C. Entrevista concedida ao pesquisador em março de 2024, Teófilo Otoni (MG)

VERDÈS-LEROUX. J. Trabalhador social: prática, habitus, ethos, formas de intervenção. São Paulo: Cortez, 1986.